



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 26, de 2020)

Suprima-se o § 7º do art. 212 da Constituição Federal, conforme redação dada pelo art. 1º da PEC nº 26, de 2020, renumerando-se o §§ seguintes.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 manteve uma tradição do constitucionalismo brasileiro (das constituições democráticas) e estabeleceu vinculação de percentual específico de recursos para financiar a manutenção e desenvolvimento do ensino, além de também assegurar outras fontes para a garantia de programas suplementares na área de educação. Nessa direção, o art. 212 da Carta Magna está lavrado nos seguintes termos:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....
§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

Essa vinculação da receita de impostos e transferências permitiu a criação das políticas de fundos, que nos traz hoje para a discussão de renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 26, de 2020 (PEC 15/2015, na Câmara), é o símbolo dessa evolução do financiamento da

educação e aponta na direção de uma distribuição de recursos mais equitativa entre as redes de ensino, com maior participação da União no financiamento da educação básica.

A proposição traz, no entanto, dispositivo que pode, a médio e longo prazo, provocar sérios prejuízos para os objetivos que ela mesma alardeia. De fato, as alterações aprovadas na Câmara dos Deputados constitucionalizam a vedação de pagamento de inativos e pensionistas para compor o mínimo de recursos vinculados à educação, algo que não é vedado pelo texto constitucional atual.

Consideramos que a vedação da aplicação dos recursos em inativos, combinada com a exigência de que 70% dos recursos do Fundeb sejam usados na remuneração dos profissionais de educação poderá obrigar as redes de ensino a contratar servidores exclusivamente para atender a essas exigências, deteriorando a situação fiscal dos respectivos entes.

Alternativamente, os gestores podem ser levados a aumentar os salários dos ativos, com consequências fiscais ainda mais graves, não apenas porque se estimula o crescimento vegetativo da despesa de pessoal, mas também porque pode agravar sobremaneira o déficit previdenciário.

Nesse sentido, apresentamos esta emenda com o fim de suprimir o referido dispositivo da PEC nº 26, de 2020, em benefício do equilíbrio fiscal do Estado e dos professores aposentados e pensionistas que tanto contribuíram para a educação pública.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



SF/20349.46205-96

Emenda à PEC nº 26, de 2020, que “Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências”.



Nome	Assinatura
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	

24.	
25.	
26.	
27.	



SF/20349.46205-96